

<b>Assunto: 4ª Vara do Tribunal do Juri do Recife - Acusados pegam mais de 20 anos</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 25/10/2014



## ▶ JULGAMENTO

# Acusados pegam mais de 20 anos

Terminou, na noite de ontem, o julgamento dos seis acusados de torturar, queimar, esquartejar e ocultar o corpo da professora Maria Iracema de Moraes, em 2011. A audiência, que durou dois dias, aconteceu no Fórum Thomaz de Aquino, no bairro de Santo Antônio, na área central do Recife. O crime aconteceu em 2011 e teria sido parte de um ritual. Paulo Vitor de Araújo, de 26 anos, e Ailton Félix da Silva, 44, foram condenados a 24 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver. Elizabete de Lima Santos, 44, foi considerada culpada pelos mesmos delitos, mas, como não confessou, teve a pena fixada em 25 anos.

Outros dois réus foram condenados a penas de dois anos. Foi o caso de Vitória

Trajano da Silva, por denúncia caluniosa, e de Alexandre Jorge de Amorim Pereira, pela ocultação do cadáver da vítima. Eles responderão pelos crimes em regime aberto. Severina Maria de Lima Gonzaga, por fim, foi absolvida de todos os crimes.

Durante o processo, foi investigado se os crimes estariam ligados a dívidas dos acusados com a vítima. Segundo informações repassadas pela Polícia na época, Paulo Vitor teria injetado uma substância no corpo da professora para fazê-la adormecer durante um ritual em um terreiro no bairro do Cordeiro, na Zona Oeste da Capital. A partir disso, Maria Iracema foi levada até Surubim, no Agreste do Estado, onde foi queimada e esquartejada. Seus restos mortais foram jogados em um açude.

<b>Assunto: Julgamento é adiado - Acusados de assassinato e canibalismo</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Cotidiano</b>	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 25/10/2014</b>



“Canibais de Garanhuns” aguardam decisão da Justiça

# Julgamento sem data definida para ocorrer

**■ FUTURO dos réus já havia sido adiado em outro momento. Desta vez, o Ministério Público identificou uma irregularidade**

RENATA COUTINHO

O julgamento de Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, a esposa Isabel Cristina Pires da Silveira e a amante dele, Bruna Oliveira Cristina da Silva, que ficaram conhecidos nacionalmente como “Canibais

de Garanhuns”, foi desmarcado pela segunda vez. O júri popular é sobre o assassinato de Jéssica Camila da Silva Pereira, 17 anos, morta por eles em 2008, em Olinda. A decisão da Justiça sobre o futuro dos réus deveria ter acontecido no último dia 20, ocorreria na próxima quarta-feira, dia 29, mas foi adiado novamente. A nova data ainda não foi definida pela Justiça. Os três estão presos desde abril de 2012, quando foram descobertos dois corpos de mulheres enterrados no quintal da casa deles em Garanhuns, no Agreste. O caso de Jéssica foi confessado pelos réus em seguida. O processo do Interior corre em segredo e o júri ainda não foi marcado.

O primeiro adiamento do júri aconteceu porque o até então advogado constituído por Jorge e Bruna, Ranieri Aquino de Freitas, acabou preso por desvio de verbas públicas quando era prefeito da cidade de Sanharó. Com sua detenção os clientes ficaram



BRUNA, Jorge e Isabel estão presos desde abril de 2012

## Folha resume

**Dois anos e seis meses.** Este é o tempo que o trio de “Canibais de Garanhuns” aguarda por uma decisão judicial sobre os crimes que cometeu contra três mulheres no Estado. O tempo entre a prisão deles e o júri popular deve se prolongar ainda mais já que o julgamento que aconteceria na próxima semana foi cancelado.

desassistidos. Jorge solicitou o auxílio de um defensor público e Bruna constituiu o escritório Andrade Advogados para representá-la. O julgamento foi agendado para a próxima quarta-feira, só que o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) verificou uma irregularidade no rito chamado pré-julgamento. “Houve um problema na intimação do defensor deles quanto à sentença de pronúncia, que é a decisão que leva o processo a júri. Ele já estava preso quando foi intimado, mas só depois se soube disso. Agora houve a necessidade de corrigir essa questão e fazer a regular intimação dos atuais defensores

deles”, disse a promotora Carolina Jucá, que junto com a promotora Eliane Gaia está responsável pela acusação do trio. Caso a falha não fosse corrigida, a defesa dos réus poderia conseguir a nulidade do processo.

A partir da notificação da sentença de pronúncia os advogados podem ou não questionar a decisão de se levar os acusados ao júri popular ou tentar recorrer. Para isso eles terão cinco dias, prazo que termina na próxima semana. Apesar da nova chance de tentar argumentar contra o julgamento, a defensora de Jorge Beltrão, Tereza Joacy, disse que não vai apresentar

recurso. Segundo ela, as atenções estão voltadas agora para elaborar a defesa para o júri. Tereza não descarta solicitar o desmembramento do processo, uma vez que o previsto até o momento é um julgamento único para os três acusados. “Isto está previsto no Código de Processo Penal quando há mais de um réu para não causar prejuízo à defesa de nenhum deles”, comentou.

Caso não aconteça o desmembramento, as três defesas terão juntas 2h30 para suas alegações. Se houver a separação, cada um terá 1h30 para cada cliente. O advogado

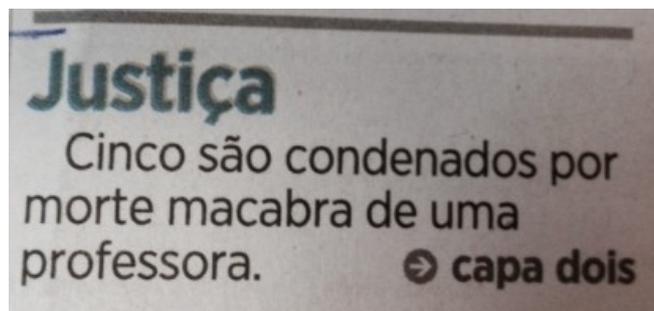
de Bruna, Romulo Lyra, também não vai oferecer resistência ao julgamento. “Não temos mais porque ficar protelando”, frisou. A reportagem procurou o advogado de Isabel, Paulo Sales, mas não conseguiu contato por telefone até o fechamento da edição.

## Saiba mais

**INSANIDADE** - Um dos fatos que provocou demora no processo dos canibais foi o pedido de incidente de insanidade solicitado pelas defesas dos três. O laudo produzido por psiquiatras forenses demorou cerca de seis meses para ficar pronto e indicou que nenhum dos réus apresentava doença mental. No momento de matar, esquartejar e comer as vítimas, todos tinham pleno uso das faculdades mentais.

<b>Assunto: Julgamento - 4ª Vara do Tribunal do Júri do Recife</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Capa</b>	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página: 1</b>	<b>Data: 25/10/2014</b>

**jornal do  commercio**



<b>Assunto: Julgamento - 4ª Vara do Tribunal do Júri do Recife</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Capa Dois</b>	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 25/10/2014</b>

**jornal do  commercio**

# Cinco condenados por morte macabra

**JULGAMENTO** Maria Iracy Tavares, 51 anos, foi assassinada em 4 de fevereiro, no terreiro Axé Ilê Maria Padilha, no Cordeiro, em um suposto ritual de magia negra

**C**inco pessoas foram condenadas ontem, em sessão de cerca de 12 horas realizada no Fórum Thomaz de Aquino, no bairro de Santo Antônio, área central do Recife, pela morte da professora Maria Iracy Tavares, 51 anos, em 4 de fevereiro de 2011, em um suposto ritual de magia negra. Sem provas de sua participação no crime, Severina de Lima Gonzaga, 66, também acusada, foi absolvida.

Maria Iracy foi assassinada no terreiro Axé Ilê Maria Padilha, no Cordeiro, Zona Oeste do Recife, e seu corpo foi encontrado esquartejado e carbonizado em Surubim, Agreste do Estado. As investigações apontaram que a morte teria motivações financeiras e que a professora foi torturada antes de morrer.

O pai de santo Paulo Vítor de Araújo Gomes e o marido da vítima, Aílton Félix da Silva, foram condenados a 24 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado (por motivo torpe, com uso de tortura e sem possibilidade de defesa da vítima) e ocultação de cadáver. A esposa de Paulo Vítor, Elisabete de Lima San-



Igo Bione/JC Imagem

**TRIBUNAL DO JÚRI** Sessão durou cerca de 12 horas e foi realizada no Fórum Thomaz de Aquino

tos, também foi condenada pelos mesmos crimes, tendo que cumprir 25 anos de reclusão, um a mais que os demais porque não confessou participação no delito.

Vitória Trajano da Silva foi condenada por denúncia caluniosa e Alexandre Jorge de Amorim por ocultação de cadáver. Ambos receberam penas de dois anos no regime aberto.

De acordo com o juiz Abner Apolinário da Silva, da 4ª Vara do Júri da Capital, os condenados não demonstraram arrependimento pelo ato criminoso. "As circunstâncias que envolveram a prática do crime demonstram a presença de frieza emocional e insensibilidade acentuadas por parte dos réus. O crime foi praticado com requintes de perversidade, típicos de filmes de

terror. Torturar a vítima, queimá-la e esquartejá-la é abominável", afirmou.

A polícia constatou que Maria Iracy foi queimada com cigarros e espancada. Ao vê-la agonizando, Paulo Vítor aplicou-lhe uma injeção letal. Cerca de um mês depois da morte, Paulo, Aílton e Elisabete foram presos. Os demais envolvidos aguardaram o julgamento em liberdade.

<b>Assunto: Auxílio Moradia - Comitiva irá ao Vaticano</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Opinião Jc</b>	<b>Seção/Repórter: Voz do Leitor</b>
<b>Página: 13</b>	<b>Data: 25/10/2014</b>

**jornal do  commercio**

→ **Frase**

**“** O bom senso não é utilizado pelo Judiciário quando privilégios estão em jogo. Magistrados receberão um auxílio-moradia de mais de R\$ 4 mil. Além disso, representantes do TJPE irão ao Vaticano para acompanhar a apresentação da Orquestra Criança Cidadã.”

📍 **Carlos Campello**  
chcampello@gmail.com

<b>Assunto:</b> Cancelado júri dos acusados de canibalismo	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Local	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> A10	<b>Data:</b> 25/10/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### CURTA

#### JUSTIÇA

### Cancelado júri dos "canibais"

Previsto para a próxima quarta, o julgamento do trio conhecido como "canibais de Garanhuns" foi cancelado. A decisão foi tomada porque ainda será designado um defensor público para Jorge Beltrão Negromonte da Silveira e Bruna Cristina da Sil-



TV CLUBE/REPRODUÇÃO

va, dois dos acusados. O advogado deles, Ranieri Aquino de Freitas, foi preso em julho por desvio de verba pública, cometido enquanto era prefeito de Sanharó.

<b>Assunto: Decisão divide pensão alimentícia para duas mulheres</b>	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> B15	<b>Data:</b> 26/10/2014

**DIÁRIO** de **PERNAMBUCO**

# TJPE divide pensão para mulheres

**Decisão do tribunal beneficia as duas ex-companheiras, que viveram mais de 20 anos com um comissário, e terão direito a 50% cada**

**PALLOMA VIANA**  
pallomaviana.pe@dabr.com.br

**É** preciso uma declaração de união estável por escrito para ter direito a pensão por morte do companheiro? Foi com essa dúvida que a enfermeira Iracy Bezerra passou a viver após ter o seu pedido de pensão, por morte do seu ex-companheiro e ex-segurado, indeferido pela Fundação de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco (Funape). O órgão alegou que outra companheira deu entrada na pensão primeiro apresentando uma declaração de união estável. Iracy Bezerra viveu por 27

anos com o comissário aposentado João Paulo dos Santos e teve um filho que hoje está com 26 anos. O ex-companheiro dela faleceu no dia 6 de junho de 2013 e, no dia 27 do mesmo mês, a enfermeira deu entrada na pensão. "A Funape alegou que a outra companheira dele apresentou a declaração de união estável e eu não. Como ela tem mais direito, já que ele vivia ao mesmo tempo com as duas e só comigo teve 27 anos de relação?".

Após o resultado, Iracy contratou um advogado e decidiu entrar na Justiça contra a decisão da Funape. A viúva deu entrada na 8ª Vara da Fazenda Pública no dia 8 de maio deste ano, mas teve o pedido negado pelo juiz. "Recorremos da decisão no dia 2 de setembro e no dia 21 de outubro foi publicado no *Diário Oficial do Estado*, o resultado do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) com a tutela antecipada para Iracy



Saraiva disse que cliente teve a tutela antecipada

receber o benefício enquanto tramita o processo", explica o advogado da requerente, Rômulo Saraiva.

**Decisão**

O TJPE decidiu pelo pagamento de pensão para mais de uma companheira, já que foi comprovada a existência de mais de uma união estável. Para o TJPE a concessão do benefício previdenciário para uma delas não exclui a possibilidade da inclusão da segun-

da, desde que comprovada relacionamentos semelhantes. Já a Funape afirma que não existe nenhuma legislação estadual com que embase a concorrência de duas companheiras e não é possível ignorar a prova de união estável apresentada pela companheira legalmente admitida. Mas informou que, por força de determinação judicial, o pagamento do benefício de Iracy Bezerra será pago ainda este mês.

BLENDA SOUTO MAIOR/DP/D.A PRESS - 24/07/13

**Assunto: Casa de Acolhimento - Juiz Élio Braz**

**Veículo: Diário de Pernambuco**

**Editoria: Local**

**Seção/Repórter:**

**Página: A6**

**Data: 26/10/2014**

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# \* Além dos muros da casa de acolhimento

Para os jovens que completam 18 anos nas casas de acolhimento, a maioridade não é sinônimo de autonomia de vida

LEONIE FERREIRA  
leoneferreira@diario.com.br

A maioridade simboliza autonomia para boa parte dos adolescentes. Mas, para jovens que vivem nas casas de acolhimento do Recife, os 18 anos trazem um futuro de incertezas. Trilhar caminhos que levam à independência depende de uma rede de solidariedade que envolve profissionais vinculados às instituições e integrantes da sociedade civil. Uma corrente que dá sentido à palavra recomeço.

Desde fevereiro, quando



Nelson Moreira

Moreira se prepara para cruzar o portão do Lar Esperança, em Afogados, onde chegou em 2011. Ele é um dos 19 jovens atendidos pela entidade, que trabalha só com meninos com idades entre 12 e 18 anos. Naelson e o irmão, que está desaparecido, passaram por outras duas instituições desde que os pais biológicos morreram. Ao todo, são 11 anos sob a tutela do estado.

A falta de referências familiares foi compensada pelo apoio de suas madrinhas afetiva e financeira. Graças a

elas, Naelson estudou o ensino fundamental em escola particular e fez curso técnico de garçom. Em junho passado, teve a carteira de trabalho assinada por um restaurante e agora começa a desenhar um futuro mais promissor. "Quero ter a minha casa e formar uma família", diz o rapaz sisudo, que passou por um segundo abandono em 2008, quando foi devolvido com o irmão pela mãe adotiva.

O atual suporte dado aos jovens internos é algo recen-

te, segundo o juiz Élio Braz Mendes, da 2ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A orientação, hoje, é a de que as entidades continuem com os jovens até que eles possam se manter.

### Esforço

O trabalho de conscientização das casas ocorre desde 2004, por meio do esforço do Núcleo de Orientação e Fiscalização de Entidades (Nofe). "A política era desumana. Os jovens eram colocados para

fora antes mesmo dos 18 anos", conta a psicóloga Sônia Proto. "Nenhuma família coloca o filho na rua porque ele atingiu a maioridade, que é um marco do ponto de vista judicial, mas não garante ascensão social e emocional", completa.

Segundo ela, quem completa 18 anos no acolhimento está fora do perfil buscado pelos pretendentes à adoção, que preferem crianças pequenas, sem problemas de saúde e que não tenham irmãos. De malas prontas e com to-

dos os móveis comprados por anônimos que conheceram sua história, Naelson já alugou uma casa em Campo Grande, no Recife.

Do Lar Esperança, com suas paredes brancas e móveis padronizados, não leva saudade. Sair da casa de acolhida, por mais grato que seja, representa um encontro com algo que sempre estimou: a individualidade. "Aqui, não tem como escolher o que vestir nem o que comer. Agora, vou ter privacidade e construir uma família."

**Naelson Moreira completou 18 anos em fevereiro e se prepara para deixar o Lar Esperança**

assista



Conheça a realidade dos núcleos de acolhimento para jovens



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular

### + saiba mais



43 maiores de 18 anos estão acolhidos em casas do Recife. Destas, apenas 4 não possuem deficiência física ou mental



Há 10 anos, existem 22 casas de acolhimento no Recife e 533 acolhidos



Hoje, são 16 instituições e 225 acolhidos



79 acolhidos estão disponíveis para adoção



18, dos 51 acolhidos disponíveis para apadrinhamento, estão sendo beneficiados pelo programa



9 abrigos foram apadrinhados por pessoas jurídicas este ano

### Apadrinhe um sonho

Os interessados em apadrinhar um jovem podem procurar o programa de apadrinhamento Estrela Guia do TJPE, criado em 2002.

São duas modalidades: apadrinhamento afetivo e financeiro. No primeiro caso, o padrinho tem contato direto com o acolhido, estabelecendo laços por meio de

passeios e visitas.

No segundo tipo, a pessoa não precisa conhecer o beneficiado, mas financia despesas com cursos ou atividades esportivas. Atualmente, 51 crianças estão disponíveis para o apadrinhamento no Recife.

Informações pelos telefones 3181.5913 / 3181.5917

<b>Assunto: Auxílio-Moradia</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Opinião Jc</b>	<b>Seção/Repórter: Voz do Leitor</b>
<b>Página: 15</b>	<b>Data: 26/10/2014</b>

**jornal do  commercio**

## Auxílio-moradia

Num país onde a maioria dos miseráveis brasileiros ganha um salário mínimo, esse auxílio-moradia para a magistratura e o Ministério Público no valor de quase R\$ 4.500 sem a devida prestação de contas é de uma injustiça sem precedentes. E se for estendido, como se prenuncia, para os aposentados, o absurdo atinge uma dimensão inimaginável para uma sociedade que de tanto assistir a escândalos está anestesiada.

☉ **Raul de Araújo Lira**  
raulira@bol.com.br

<b>Assunto: Encontro de cerimonialistas</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 27/10/2014



## > JORNADA

Diego Nigro/Arquivo Folha



**SILAS** Costa e Silva estará entre os palestrantes

# Encontro agrega cerimonialistas

O Comitê Nacional do Cerimonial Público do Brasil (CNCP) é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade congregar e estimular a integração de todos os profissionais da área de Cerimonial que exercem função junto aos órgãos públicos, e empresas públicas e privadas de todo o País. A entidade completa 21 anos em 2104, e para comemorar a data convidou especialistas de todo o Brasil para a Jornada de Cerimonial Protocolo e Etiqueta, que acontece quarta e quinta-feira, no Recife.

A abertura do evento será às 16h da quarta-feira com um culto de ação de graças na Igreja Episcopal

do Espinheiro. Às 18h, na Assembleia Legislativa haverá missa solene em homenagem à maior idade do CNCP. Na quinta-feira, às 9h, no auditório do Banco Central, a jornada abre espaço para o tema Eleições 2014 - Providências para os eleitos: Diplomação, Posse e Transmissão de Cargos. Na sequência, às 14h, haverá debates sobre Etiqueta e Comportamento Social, e às 15h sobre os símbolos nacionais e as normas para utilização. Uma das palestras mais esperadas será proferida pelo chefe do Cerimonial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Silas Costa e Silva. Ele falará sobre o tema "O mestre de cerimônias - experiência, prática e bom senso".

<b>Assunto: Poder Judiciário pernambucano funcionará em esquema de plantão nesta terça</b>	
<b>Veículo:</b> Folhape	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Poder Judiciário pernambucano funcionará em esquema de plantão nesta terça**

*Atendimento será feito das 13h às 17h na Capital e no Interior*

O feriado do Dia do Servidor Público será comemorado pelos funcionários do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) nesta terça-feira (28) mesmo. Por conta disso, o Judiciário estadual funcionará em regime de plantão. Não haverá expediente nas unidades judiciárias do Estado, incluindo os Juizados Especiais.

A iniciativa dos plantões tem como objetivo manter ininterrupta a prestação de serviços jurisdicionais. As competências dos juízes restringem-se apenas a processar, decidir e executar medidas e outras providências urgentes no âmbito cível e criminal.

No Recife, os plantões Cível e Criminal do 1º Grau acontecerão das 13h às 17h no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, localizado na Joana Bezerra. No interior, o plantão ocorre nas sedes de cada região, também com expediente das 13h às 17h.

Os plantões Cível e Criminal de 2º Grau funcionam nas dependências do Núcleo de Distribuição e Informação Processual, no térreo do Palácio da Justiça, localizado no bairro de Santo Antônio, Centro do Recife. O horário de atendimento vai das 13h às 17h.

<b>Assunto: Semana Nacional de Conciliação</b>	
<b>Veículo:</b> Folhape	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Semana Nacional de Conciliação**

O Tribunal de Justiça de Pernambuco em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), promove a IX Semana Nacional de Conciliação, de amanhã até a próxima terça-feira, em todo o Estado. Vale salientar os esforços de magistrados e servidores, na solução de demandas judiciais de massa, que envolvem os maiores litigantes da Justiça, como instituições bancárias, de telefonia e órgãos públicos. É de graça e o objetivo é dar vazão, por meio de acordo entre as partes, às chamadas demandas repetitivas – litígios que envolvem lesões a direitos individuais ou coletivos que atingem grande quantidade de pessoas de forma similar.

As inscrições estão abertas, até hoje, e o cidadão ou o advogado deve procurar o Comitê Estadual de Conciliação do (TJPE) e obter as informações necessárias. As partes podem entrar em contato com o TJPE, preferencialmente, através dos emails [comite.vara@tjpe.jus.br](mailto:comite.vara@tjpe.jus.br) e [comite.juizados@tjpe.jus.br](mailto:comite.juizados@tjpe.jus.br) ou pelo telefone 81.3181,0727.

“Os interessados devem fornecer, obrigatoriamente, o nome completo, telefone para contato e qual a empresa envolvida no processo em questão”.

<b>Assunto: Julgamento de trio de canibais é cancelado</b>	
<b>Veículo:</b> Folhape	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Julgamento de trio de canibais é cancelado**

*Júri aconteceria na próxima quarta. Processo se refere a crime cometido em Olinda*



Trio esquartejou corpo de adolescente e separou partes do cadáver para consumo

O julgamento de Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, da esposa dele, Isabel Cristina Pires da Silveira, e de sua amante, Bruna Oliveira Cristina da Silva, que ficaram conhecidos nacionalmente como “Canibais de Garanhuns”, foi desmarcado pela segunda vez. O júri popular, que aconteceria na próxima quarta-feira (29), é sobre o assassinato de Jéssica Camila da Silva Pereira, de 17 anos, morta por eles em 2008, em Olinda, na Região Metropolitana do Recife. O futuro dos réus seria decidido na última segunda-feira (20), quando houve o primeiro adiamento. A nova data ainda não foi definida.

O cancelamento ocorreu porque o advogado de Jorge e Bruna acabou preso por desvio de verbas públicas quando era prefeito da cidade de Sanharó. Após esse episódio, o homem deve ser atendido por um defensor público, que ainda não foi designado. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) solicitou ao Tribunal de Justiça (TJPE) mais tempo para que a defesa dos réus estude o processo e encaminhe as alegações finais. Bruna constituiu um escritório de advogados para defendê-la.

**Relembre o caso** - Em 2008, os réus partiram o corpo de Jéssica em pedaços, guardaram sua carne para consumo humano e ocultaram os demais restos mortais. Além

disso, uma das responsáveis pelo crime, Bruna Cristina, assumiu a identidade da adolescente morta e passou a criar a filha da vítima em conjunto com Jorge e Isabel.

Quando morta, Jéssica residia no loteamento Boa Fé-I, em Rio Doce, Olinda. Dentre as infrações que qualificam o crime, estão morte por motivo fútil, com emprego de meio cruel e sem dar chance de defesa à vítima; e ocultação de indícios para obter impunidade.

O trio canibal, na época residente na cidade de Garanhuns, no Agreste do Estado, é suspeito de outros assassinatos na cidade. Lá, a polícia encontrou dois corpos esquartejados enterrados no quintal da casa dos suspeitos. Em depoimento, a mulher de Jorge Beltrão, Isabel Cristina Pires, disse que vendia coxinhas e empadas feitos com a carne das vítimas que matava. A carne era congelada, desfiada e também utilizada para alimentar a família. O processo relativo a esses crimes corre em segredo de Justiça. O julgamento ainda não foi marcado.

<b>Assunto: Moradores de loteamento pedem intercessão de Renata Campos contra desapropriação</b>	
<b>Veículo:</b> Folhape	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Moradores de loteamento pedem intercessão de Renata Campos contra desapropriação

*Manifestantes foram à casa da família Campos, onde deixaram uma carta*



Renata Campos não estava, mas seus assessores receberam as reivindicações

Moradores do loteamento Olinda foram até a casa de Renata Campos, viúva do ex-governador Eduardo Campos, para pedir a intercessão dela junto à Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab) contra a desapropriação de suas casas. Eles levaram faixas e foram recebidos por assessores da família Campos, que informaram da ausência de Renata na residência. Na ocasião, foi entregue uma carta feita pelos

filhos dos moradores, pedindo para não demolirem as casas.

O loteamento Olinda é situado em um terreno em Jardim Frágoso, Olinda, que, segundo os moradores, é um aterro feito pela prefeitura. Alguns moradores teriam pago até R\$ 150 mil para conseguir o lote e construir a casa. Eles estão lá desde fevereiro de 2013. De acordo com José Neto, liderança do movimento, lotes foram vendidos até no Feirão da Casa Própria, da Caixa Econômica Federal.

Por meio de nota enviada durante a última semana, a Cehab informou que vai “construir um habitacional com 320 moradias na Rua Ave Lira”, no qual “serão incluídas famílias que viviam em moradias precárias às margens do Canal do Frágoso e proximidades”. Foi esclarecido, ainda, que “a Cehab é a proprietária do terreno desde 2010”, mas que “a área foi loteada irregularmente por terceiros e vendida a famílias que hoje vivem no local. Por conta disso, a Companhia entrou com ação de desapropriação na Justiça e aguarda decisão da 1ª Vara da Fazenda Pública de Olinda”.

<b>Assunto: TJPE condena cinco por morte de professora por esquartejamento</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE condena cinco por morte de professora por esquartejamento**

*Corpo da vítima foi queimado em suposto ritual de magia negra, no Recife. Sexta envolvida no processo foi absolvida por falta de provas.*

Cinco pessoas foram condenadas pela morte da professora Maria Iracy Tavares de Moraes, 51 anos, ocorrida em fevereiro de 2011. Foram dois dias de julgamento e a sentença foi divulgada na noite de sexta-feira (24).

Paulo Vítor Araújo Gomes e o marido da vítima, Aílton Félix da Silva, foram condenados a 24 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado e por ocultação de cadáver. A mulher de Paulo Vitor, Elisabete de Lima Santos, foi condenada pelos mesmos crimes, mas recebeu pena de 25 anos de prisão porque não confessou a participação na morte da vítima. Vitória Trajano da Silva foi condenada por denúncia caluniosa e Alexandre Jorge de Amorim, por ocultação de cadáver. Os dois receberam penas de dois anos de prisão em regime aberto.

A sexta pessoa envolvida no processo, Severina Maria de Lima Gonzaga, foi absolvida por falta de provas. O Fórum Thomaz de Aquino, no Recife, sediou o julgamento. O crime aconteceu no bairro do Cordeiro. A professora foi queimada e esquartejada em um suposto ritual de magia negra, realizado no terreiro clandestino Axé Ilê Maria Padilha e o corpo foi escondido no Sítio do Desterro, em Surubim, no Agreste.

O julgamento estava marcado, inicialmente, para julho deste ano, mas a Defensoria Pública alegou não ter tido acesso às gravações e autos do processo. O juiz Abner Apolinário, a 4ª Vara do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), preside o julgamento.

<b>Assunto: Orquestra Criança Cidadã, do Recife, viaja para apresentação para o Papa</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Orquestra Criança Cidadã, do Recife, viaja para apresentação para o Papa

*Performance está marcada para o dia 31 de outubro, no Vaticano. Grupo também irá tocar para o primeiro-ministro de Portugal, em Lisboa.*



Orquestra Criança Cidadã é formada por moradores do Coque, um dos locais mais violentos do Recife (Foto: Divulgação/Leandro Lima)

A Orquestra Criança Cidadã vai se apresentar para o Papa Francisco, no Vaticano, no dia 31 de outubro. O concerto privado para o Pontífice será realizado às 12h [horário de Roma], na Sala Clementina, localizada no Vaticano. O convite veio da organização Catholic Fraternity, que vai promover, de 30 de outubro a 2 de novembro, sua 16ª Conferência Internacional, com o tema "Louvor e adoração para uma nova evangelização". Será a primeira vez que um projeto sociomusical brasileiro se apresenta para um papa.

Sob a regência do maestro Nilson Galvão Jr. e contando com os solos da mais famosa violinista japonesa, Yoko Kubo, algumas das obras a serem executadas são "As quatro estações", de Vivaldi, e trechos da "Serenata", composta por Tchaikovsky. Como a orquestra normalmente toca apenas composições nacionais e regionais, os alunos começaram a ensaiar as novas músicas cerca de dois meses atrás. "Nos informaram que o Papa gosta bastante de Bach, então estamos preparando algumas obras dele, como o

‘Concerto de Brandenburgo nº 3’”, informou Moisés Gonçalves, 19 anos, um dos violinistas da Criança Cidadã.

“A orquestra tem três grupos, A, B e C, sendo o 'A' o mais experiente. Como as composições clássicas que tocaremos são mais complexas, a organização decidiu que quem iria para viagem seria o A, do qual faço parte”, explicou Genilsa Bezerra, que toca violoncelo na orquestra desde sua abertura, em 2005. A jovem tem 20 anos, mas completará 21 no dia 30, um dia antes da apresentação para o Papa. “Que presente, né? Estou muito ansiosa, mas tudo vai dar certo”, torce.

“No começo eu não acreditava, achei que não ia rolar, mas quando a confirmação chegou, uns quatro meses atrás, vi que era verdade. Estou mais ansioso do que nervoso”, revelou Gonçalves. O grupo embarca para a Europa na segunda-feira (27). Após se apresentar na Itália, a Orquestra Criança Cidadã, que viajará com um grupo composto por 35 alunos, mais os coordenadores, irá fazer uma performance em Lisboa para o primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, no Palácio de São Bento. Diferentemente do concerto para o Papa, a apresentação portuguesa será com um repertório completamente brasileiro.

**Convidados** - O concerto da Orquestra Criança Cidadã para o Papa Francisco será prestigiado por várias autoridades pernambucanas. Entre os convidados estão o governador do Estado, João Lyra, o governador eleito, Paulo Câmara, e seu vice, Raul Henry, além do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Frederico Neves, do corregedor-geral de Justiça, Eduardo Paurá, e empresários japoneses e brasileiros parceiros da Criança Cidadã.

<b>Assunto: Juiz extingue ações administrativas contra vereadores de Caruaru, PE</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 27/10/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Juiz extingue ações administrativas contra vereadores de Caruaru, PE

*Decisão de anular os processos é do juiz José Fernando Santos. Edis são investigados na Justiça após as Operações Ponto Final I e II.*



Sivaldo (direita) era um dos investigados pela Comissão de Ética da Casa (Foto: Divulgação/ Ascom CMVC)

Estão extintas as atividades administrativas contra os parlamentares Jadiel Nascimento (PROS), Averaldo Neto (PMN), Cecílio Pedro (PTB), Val Lima (DEM), Louro do Juá (SDD) e José Givaldo (o popular Sivaldo Oliveira, PP). Os processos e as respectivas ações tramitavam na Câmara de Vereadores de Caruaru, no Agreste pernambucano, por meio da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, segundo informou a defesa deles nesta

sexta-feira (24).

A sentença é do juiz José Fernando Santos de Souza, da 1ª Vara da Fazenda Pública do município. Os processos e ações de outros quatro vereadores - Jajá (sem partido), Evandro Silva (PMDB), Eduardo Cantarelli (SDD) e Val das Rendeiras (PROS) - já haviam sido extintos, ainda segundo a defesa. Para obter comentários aos fatos, o G1 tentou contato com o procurador José Américo e com o assessor jurídico Bruno Martins, ambos da Casa Legislativa, mas as ligações não foram atendidas. O presidente Leonardo Chaves (PSD) também foi contatado, mas sem êxito.

Os dez vereadores são investigados pela Operação Ponto Final I, que os prendeu em dezembro de 2013. Eles foram soltos, mas, tempos depois, cinco foram detidos novamente, pela Operação Ponto Final II. No momento, estes estão em liberdade, mas afastados das atividades parlamentares, e foram substituídos por suplentes. A Comissão de Ética visava a conseguir a cassação de todos, caso fossem provadas irregularidades de condutas.

### Suspensões durante análise

Nos meses de maio e junho, a Justiça havia suspenso os processos administrativos, em caráter liminar, enquanto o mandado de segurança ainda era analisado. À época, o

advogado Marcílio Cumaru, da defesa, afirmou que este processo tratava de vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade percebidos nos procedimentos realizados pela Comissão de Ética e Decoro.

## **Operação Ponto Final II**

A Polícia Civil divulgou os detalhes do inquérito da Operação Ponto Final II realizada para investigar um suposto esquema de corrupção envolvendo cinco vereadores do município. O documento com 600 páginas foi entregue ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) no dia 13 de fevereiro.

De acordo com as investigações, três vereadores lideravam a organização criminosa que tinha por objetivo colher assinaturas para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara de Vereadores. Val (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) teriam oferecido dinheiro a dois vereadores para que fosse assinada a propositura de instalação da CPI da Controladoria Geral da União (CGU). Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS) e Val das Rendeiras (PROS) teriam aceitado a oferta e recebido, cada um, R\$ 30 mil - sendo metade antes da assinatura e metade após a instauração da comissão.

Segundo a Polícia Civil, Val (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) foram indiciados por corrupção ativa e organização criminosa, cuja pena pode chegar a 29 anos e três meses de reclusão. Já os vereadores Jadiel Nascimento (PROS) e Val das Rendeiras (PROS) foram indiciados por corrupção passiva e organização criminosa.

De acordo com Erick Lessa, gestor de Controle Operacional do Interior I, 22 pessoas foram ouvidas durante as investigações, entre elas secretários, vereadores e líderes de partidos políticos. O inquérito conta ainda com 410 horas de provas cautelares, como escutas com a autorização da Justiça, gravações e interceptações feitas pela polícia. “As investigações começaram em junho. Um dos marcos do procedimento é a fala do vereador Ranilson dos Santos (PTB), na sessão legislativa do dia 24 de setembro de 2013, onde o mesmo afirma que vereadores da oposição ofereceram dinheiro para que ele votasse a favor da instalação da CPI da CGU, que investigaria as contas da prefeitura”, detalha. Ainda de acordo com o gestor, após a instalação da CPI, os vereadores pretendiam barganhar dinheiro com a prefeitura para que a investigação fosse arquivada.

## **Operação Ponto Final**

Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) foram presos no dia 18 de dezembro durante a Operação Ponto Final, da Polícia Civil.

No dia 24 de dezembro, seis dos dez vereadores foram soltos. O primeiro a deixar a unidade foi Louro do Juá (DEM). Em seguida, Jajá (PPS). Logo após, foi a vez de Val das Rendeiras (PROS) e Neto (PMN). Depois, Sivaldo Oliveira (PP) foi liberado e, por último, Evandro Silva (PMDB).

No dia 25 de dezembro, deixaram a penitenciária Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM), após pagarem fiança de R\$ 50 mil cada, por porte ilegal de armas. Os pedidos de habeas

corpus de Eduardo Cantarelli (SDD) e Jadiel Nascimento (PROS) foram aceitos no dia 26 pelo Tribunal de Justiça do Pernambuco (TJPE).

Uma coletiva de imprensa foi realizada no dia 27 de dezembro para apresentar dados da conclusão do inquérito. Nela, foi informado que os vereadores são suspeitos de prática de corrupção passiva, que é a solicitação de vantagem indevida; de concussão, que é crime contra a administração pública; e de organização criminosa, que é a integração e ações de cunho criminal. No caso dos vereadores, por serem funcionários públicos, a pena de Organização Criminosa pode aumentar de 1/6 a 2/3.

De acordo com o gestor operacional do Interior I e presidente da investigação, Erick Lessa, três vereadores foram considerados os mentores do suposto esquema. "Os cabeças eram Cecílio Pedro (PTB) e Sivaldo Oliveira (PP) da situação, e Val das Rendeiras (PROS) da oposição. A mediação entre as partes era feita pelo vereador Eduardo Cantarelli (SDD) que era o mais ousado do esquema" afirma Lessa. Questionado o porque de 'ousado', o delegado afirma que ele era bem incisivo nas negociações.

Ainda de acordo com o delegado Erick Lessa, um dos vereadores que tentou ajudar a polícia durante as ouvidas foi Jadiel Nascimento (PROS). Ele apelou pela delação premiada, porém, o Ministério Público entendeu que o depoimento dele não teria contribuído para esclarecer como o esquema de fato era feito.

<b>Assunto: Além dos muros da casa de acolhimento</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Além dos muros da casa de acolhimento

*Para os jovens que completam 18 anos nas casas de acolhimento, a maioria não é sinônimo de autonomia de vida*



Foto: Inês Campello/DP/D.A.Press

A maioria simboliza autonomia para boa parte dos adolescentes. Mas, para jovens que vivem nas casas de acolhimento do Recife, os 18 anos trazem um futuro de incertezas. Trilhar caminhos que levam à independência depende de uma rede de solidariedade que envolve profissionais vinculados às instituições e integrantes da sociedade civil. Uma corrente que dá sentido à palavra recomeço.

Desde fevereiro, quando completou 18 anos, Naelson Moreira se prepara para cruzar o portão do Lar Esperança, em Afogados, onde chegou em 2011. Ele é um dos 19 jovens atendidos pela entidade, que trabalha só com meninos com idades entre 12 e 18 anos. Naelson e o irmão, que está desaparecido, passaram por outras duas instituições desde que os pais biológicos morreram. Ao todo, são 11 anos sob a tutela do estado.

A falta de referências familiares foi compensada pelo apoio de suas madrinhas afetiva e financeira. Graças a elas, Naelson estudou o ensino fundamental em escola particular e fez curso técnico de garçom. Em junho passado, teve a carteira de trabalho assinada por um restaurante e agora começa a desenhar um futuro mais promissor. “Quero ter a minha casa e formar uma família”, diz o rapaz sisudo, que passou por um segundo abandono em 2008, quando foi devolvido com o irmão pela mãe adotiva.

O atual suporte dado aos jovens internos é algo recente, segundo o **juiz Élio Braz Mendes, da 2ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**. A orientação, hoje, é a de que as entidades continuem com os jovens até que eles possam se manter.

### **Esforço**

O trabalho de conscientização das casas ocorre desde 2004, por meio do esforço do Núcleo de Orientação e Fiscalização de Entidades (Nofe). “A política era desumana. Os jovens eram colocados para fora antes mesmo dos 18 anos”, conta a psicóloga Sônia Proto. “Nenhuma família coloca o filho na rua porque ele atingiu a maioria, que é um marco do ponto de vista judicial, mas não garante ascensão social e emocional”,

completa.

Segundo ela, quem completa 18 anos no acolhimento está fora do perfil buscado pelos pretendentes à adoção, que preferem crianças pequenas, sem problemas de saúde e que não tenham irmãos.

De malas prontas e com todos os móveis comprados por anônimos que conheceram sua história, Naelson já alugou uma casa em Campo Grande, no Recife. Do Lar Esperança, com suas paredes brancas e móveis padronizados, não leva saudade. Sair da casa de acolhida, por mais grato que seja, representa um encontro com algo que sempre estimou: a individualidade. “Aqui, não tem como escolher o que vestir nem o que comer. Agora, vou ter privacidade e construir uma família.”

<b>Assunto: Acusados de torturar, matar e esquartejar professora são condenados</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Acusados de torturar, matar e esquartejar professora são condenados**

Os três acusados de torturar, matar, esquartejar e ocultar o corpo da professora Maria Iracy Tavares de Moraes durante um ritual foram julgados e condenados, nesta sexta-feira (24), no Fórum Thomaz de Aquino, área central do Recife. Após considerar os depoimentos dos envolvidos e as gravações e autos do processo, o júri considerou o trio culpado pelo crime de homicídio triplamente qualificado com requintes de perversidade.

A ré Elizabeth de Lima Santos, 44, foi condenada a 25 anos em regime fechado. Já Paulo Vítor de Araújo Gomes, 44, e Ailton Félix da Silva, 45, foram condenados a 24 anos em regime fechado. A diferença se deve ao fato que os dois homens confessaram a participação no crime.

Durante o julgamento, que começou nessa quinta-feira (23), o juiz Abner Apolinário, da 4ª Vara do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), analisou as gravações, autos do processo e coletou o depoimento do delegado Felipe Regueira, responsável pelo inquérito policial e dos acusados. Mais duas pessoas foram condenadas a dois anos em regime aberto por ocultação de cadáver, e outra foi condenada por denúncia caluniosa e responderá em regime aberto por dois anos.

#### **Relembre o caso:**

Familiares prestaram queixa do desaparecimento da professora Maria Iracy Tavares de Moraes no dia 11 de fevereiro de 2011. No mesmo dia, Ailton Félix da Silva foi ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e afirmou ter sido obrigado a matá-la. Durante as investigações, a polícia localizou os restos mortais da vítima em um açude em Surubim, Agreste do estado. O assassinato teria acontecido durante um ritual religioso.

De acordo com a polícia, Paulo Vitor, conhecido como pai de santo e tatuador, teria injetado uma substância na professora durante um ritual no terreiro Axé Ilê de Maria Padilha, no bairro do Cordeiro, no Recife. Segundo vizinhos, que não quiseram se identificar, Maria Iracema morava no local. Adormecida, ela foi levada até Surubim, onde foi queimada três vezes e esquartejada. A faca utilizada no crime foi partida em três pedaços, que foram jogados no mesmo local.

<b>Assunto: Julgamento dos "Canibais de Garanhuns" é cancelado</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Julgamento dos "Canibais de Garanhuns" é cancelado**

*Por conta da prisão do advogado de dois réus, Justiça designou defensor público para assumir caso e encaminhar defesa*

Previsto para a próxima quarta-feira (29), o julgamento do trio conhecido como “canibais de Garanhuns” foi cancelado. A decisão foi tomada porque ainda será designado um defensor público para Jorge Beltrão Negromonte da Silveira e Bruna Cristina da Silva, dois dos acusados pelos assassinatos de mulheres. Neste júri, os três réus responderiam pela morte de uma vítima em Olinda.

O advogado que era responsável pela defesa dos dois, Ranieri Aquino de Freitas, foi preso em julho deste ano por desvio de verba pública, cometido enquanto era prefeito de Sanharó, em 2004. Por conta da prisão, ele não chegou a encaminhar as alegações finais sobre o caso, antes que a Justiça decidisse que os acusados iriam à júri. Isabel Cristina Pires, mulher de Jorge, também está entre os réus. Ela tem outro advogado.

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Ministério Público solicitou que o júri fosse cancelado para que a defensoria pudesse estudar o processo e encaminhar as alegações finais. Após isso, então, a juíza Maria Segunda Gomes de Lima, da Comarca de Olinda, decidirá se o trio irá à júri popular pelo homicídio quadruplamente qualificado, vilipêndio e ocultação de cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira. Não há novo prazo para a decisão da magistrada.

Outras duas mortes de mulheres, envolvendo o trio, aconteceram em Garanhuns. Por isso, trata-se de processo em tramitação na Vara deste município, que ainda decidirá sobre o júri popular. Os réus ficaram conhecidos pelo assassinato de mulheres e por usarem a carne humana delas para recheio e venda de salgados no município. O trio está preso desde abril de 2012.

<b>Assunto: Judiciário em plantão no Dia do Servidor Público</b>	
<b>Veículo: NE 10</b>	<b>Data: 27/10/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Judiciário em plantão no Dia do Servidor Público



O térreo do Palácio da Justiça, no centro da capital, atenderá emergências cíveis e criminais de segunda instância.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) funcionará em regime de plantão no feriado do Dia do Servidor Público, nesta terça-feira (28). Os juízes atenderão pedidos de liminar, habeas corpus e demais medidas urgentes no âmbito cível e criminal na capital e principais cidades do interior de Pernambuco.

Os juizados especiais e demais unidades judiciárias do Estado não funcionarão. Na capital, a prestação de serviços jurisdicionais em primeira instância acontecerá no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, centro do Recife. Já o Núcleo de Distribuição e Informação Processual, no térreo do Palácio da Justiça, centro da capital, atenderá emergências cíveis e criminais de segunda instância.

No interior, os plantões serão oferecidos nas sedes das comarcas de cada região. Cidades como Caruaru, Palmares, Petrolina e Garanhuns também atenderão demandas dos interiores circunvizinhos. Em todo o Estado, os serviços serão oferecidos das 13h às 17h.

<b>Assunto: Julgamento dos "Canibais de Garanhuns" é cancelado</b>	
<b>Veículo:</b> NE10	<b>Data:</b> 27/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### Júri popular dos "canibais de Garanhuns" é adiado mais uma vez



Marcado para ter início na próxima quarta-feira (29), o julgamento do trio conhecido como "canibais de Garanhuns", pelo assassinato, esquartejamento e ocultação do cadáver de Jéssica Camila da Silva Pereira foi adiado pela segunda vez. Uma nova data ainda não foi definida.

O julgamento, que aconteceria no Fórum de Olinda, foi remarcado desta vez pelo mesmo motivo da primeira: o advogado que defenderia Jorge Negromonte e Bruna Cristina, Raniere Aquino de Freitas, foi preso por desvio de verba pública, ocorrido quando era prefeito de Sanharó, em 2004. De acordo com a assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Jorge terá um defensor público, enquanto Bruna, um advogado particular.

A assessoria do TJPE também informou que quem pediu o adiamento foi o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e que aguarda os autos para proceder com a intimação. O MPPE afirmou que o adiamento é necessário para que os novos advogados se informem sobre o processo.

**RELEMBRE O CASO** - O trio formado por Jorge Negromonte, Isabel Cristina e Bruna Cristina ficou conhecido em 2012, quando a polícia encontrou enterrados na casa onde os três moravam, em Garanhuns, os corpos de Giselly Helena da Silva e Alexandra da Silva Falcão. No entanto, nesta ocasião o trio será julgado por homicídio quadruplamente qualificado, vilipêndio (praticar desrespeito de corpo humano sem vida) e ocultação de cadáver de Jéssica Camila. Bruna também responderá por falsidade ideológica, pois assumiu a identidade da vítima após seu assassinato. O crime ocorreu em Olinda, em 2008.

<b>Assunto: Justiça remarca audiência do caso Fernanda Nóbrega no Recife</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 27/10/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Justiça remarca audiência do caso Fernanda Nóbrega no Recife



Família diz que Fernanda foi induzida a engordar para fazer a cirurgia e emagrecer mais rápido

A audiência do caso Fernanda Nóbrega foi adiada para dia 9 de janeiro de 2015. A primeira parte do julgamento seria realizada às 15h desta sexta-feira (24), no Fórum Joana Bezerra, área Central do Recife. O motivo da mudança foi a convocação do juiz responsável por julgar o caso, Elson Zoppellaro, para trabalhar nas Eleições.

Zoppellaro já estava substituindo o juiz titular do caso, Francisco de Assis Galindo, que está de férias. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) informa que, com o adiamento, a audiência do caso voltará a ser presidida por Galindo.

O CASO - Fernanda Nóbrega morreu em novembro do ano passado, aos 26 anos, após se submeter a uma cirurgia bariátrica para redução de estômago. A cirurgia foi realizada no dia 29 de outubro pelo médico Gustavo Menelau, no Hospital Unimed Recife III, na Ilha do Leite, área central do Recife. Ele foi indiciado pela Polícia Civil por homicídio culposo.

A jovem de 1,62m tinha apenas 80 kg, peso abaixo do recomendado para a gastroplastia. Família disse que ela foi induzida a engordar para fazer a cirurgia e emagrecer mais rápido. Fernanda deixou esposo e dois filhos pequenos, na época com 3 e 4 anos de idade.

O cirurgião bariátrico é acusado pela família da vítima de negligência e indiciado por homicídio culposo (sem intenção de matar). O caso também está sendo investigado pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe).

<b>Assunto: Grupo é condenado por homicídio no Recife</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 27/10/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## **jornal do commercio**

### **Grupo é condenado por homicídio no Recife**

*O grupo matou e esquartejou uma professora em um terreiro na Zona Oeste da cidade*



Cinco pessoas foram condenadas nesta sexta-feira (24), em sessão de cerca de 12 horas realizada no Fórum Thomaz de Aquino, no bairro de Santo Antônio, área central do Recife, pela morte da professora Maria Iracy Tavares, 51 anos, em 4 de fevereiro de 2011, em um suposto ritual de magia negra. Sem provas de sua participação no crime, Severina de Lima Gonzaga, 66, também suspeita, foi absolvida.

Maria Iracy foi assassinada no terreiro Axé Ilê Maria Padilha, no Cordeiro, Zona Oeste do Recife, e seu corpo foi encontrado esquartejado e carbonizado em Surubim, Agreste do Estado. As investigações apontaram que a morte teria motivações financeiras e que a professora foi torturada antes de morrer.

O pai de santo Paulo Vítor de Araújo Gomes e o marido da vítima, Aílton Félix da Silva, foram condenados a 24 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado (por motivo torpe, com uso de tortura e sem possibilidade de defesa da vítima) e ocultação de cadáver. A esposa de Paulo Vítor, Elisabete de Lima Santos, também foi condenada pelos mesmos crimes, tendo que cumprir 25 anos de reclusão, um a mais que os demais porque não confessou participação no delito.

Vitória Trajano da Silva foi condenada por denúncia caluniosa e Alexandre Jorge de Amorim por ocultação de cadáver. Ambos receberam penas de dois anos no regime aberto.

De acordo com o juiz Abner Apolinário da Silva, da 4ª Vara do Júri da Capital, os condenados não demonstraram arrependimento pelo ato criminoso. “As circunstâncias que envolveram a prática do crime demonstram a presença de frieza emocional e insensibilidade acentuadas por parte dos réus. O crime foi praticado com requintes de

perversidade, típicos de filmes de terror. Torturar a vítima, queimá-la e esquartejá-la é abominável”, afirmou.

A polícia constatou que Maria Iracy foi queimada com cigarros e espancada. Ao vê-la agonizando, Paulo Vítor aplicou-lhe uma injeção letal. Cerca de um mês depois da morte Paulo, Aílton e Elisabete foram presos. Os demais envolvidos aguardaram o julgamento em liberdade.